

REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DE ACONTECIMENTOS NUM PROCESSO HISTÓRICO: O CASO DA LUTA PELA TERRA MARÃIWATSÉDÉ (1960-2012)

JULIANA CRISTINA DA ROSA*

Resumo: O caso da luta pela terra Marãiwatsédé é um processo histórico que envolveu índios Xavante, os quais na década de 1960 foram retirados de seu território para a abertura da empresa agropecuária Suiá Missú. Envolveu também os *posseiros da Suiá*, que invadiram a área remanescente depois de ela ser devolvida para os Xavante em 1992. Logo, este ano se tornou o epicentro de uma série de acontecimentos, uma vez que a devolução da área desencadeou na demarcação da área por meio de laudo antropológico, e também na invasão da área por posseiros e grileiros, incentivados por políticos locais. Vinte anos depois, esses posseiros foram retirados da área para que os Xavante pudessem retomar o domínio sobre Marãiwatsédé. No decorrer dos anos, a luta pela terra Marãiwatsédé foi travada através de batalhas jurídicas, batalhas da memória e batalhas midiáticas. O foco desse artigo é analisar como o fato da retirada dos *posseiros da Suiá* foi sendo histórica e socialmente construído como um “acontecimento-monstro”, que além de impactar toda a região do Araguaia mato-grossense, ganhou repercussão nacional no ano de 2012, sobretudo através da ação da mídia local que acompanhou e narrou de forma ativa a “desintrusão dos não índios”, interferindo sobre o acontecimento.

Palavras-chave: Luta pela terra Marãiwatsédé; Acontecimento-monstro; Mídia local.

Abstract: The case of the struggle for Marãiwatsédé land is a historical process that involved Xavante indians, who in the 1960s were removed from its territory to the opening of the company Suiá Missú, and the *squatters of Suiá*, who broke into the remaining area after it is returned for Xavante in 1992. Thus, this year became the epicenter of a series of events, since the return of the area triggered the demarcation of the area through anthropological report, and also the invasion of the area by squatters and land grabbers, encouraged by local politicians. Twenty years later, these squatters were removed from the area so that the Xavante could regain dominion over Marãiwatsédé. Over the years, the struggle for land Marãiwatsédé was fought by legal, memory and media battles. The focus of this article is to analyze how the fact of the removal of squatters from Suiá was being historically and socially constructed as a "monster event", which in addition to impact the entire region of Araguaia, gained national attention in 2012, especially through the action of local media that followed and chronicled actively the "non-intrusion of non-indians", interfering with the event.

Artigo recebido em 28 de fevereiro de 2016 e aprovado para publicação em 14 de junho de 2016.

* Doutoranda em História do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso. E-mail: julianacristinarosa@gmail.com

Key words: Struggle for Marãiwatsédé land; Monster-event; Local media.

A luta pela terra Marãiwatsédé (1960-2013)

O Araguaia mato-grossense fez parte de uma região juridicamente construída, a Amazônia Legal, que foi concebida como área de expansão econômica sobre territórios “vazios” por parte do planejamento de diferentes governos, que pode ser observada antes mesmo da Lei de Terras de 1850.

Desde 1822, vêm estimulando e favorecendo o acesso a grandes porções do território por latifundiários, capitalistas ou grupos econômicos e empresas agropecuárias e de colonização. Todo um aparato jurídico-político foi montado. [...] e a grande quantidade de leis e decretos que foram sendo criados para disciplinar o processo de acesso à terra, que serviu mais para inibir a expansão da pequena propriedade e selar o compromisso dos governantes com as classes rural e empresária.¹

A expansão para esta região se intensificou, sobretudo durante o período do Regime Militar. Era significativa a utilização de *slogans* como o do Governo Médici, como “*Terra sem homens para homens sem-terra*”, que demonstrava a concepção da terra “vazia”. Nesse período foi criada a “Operação Amazônia” constituída a partir de uma série de leis, decretos e medidas práticas que instrumentalizaram a política de governo que deveria ser implementada na Amazônia Legal. Toda essa política de governo tinha como objetivo principal, segundo os Governos Militares, incentivar o “progresso” econômico e ações para garantir a Segurança Nacional.

Nesse contexto, o Araguaia mato-grossense foi sendo reocupado, uma vez que havia a presença confirmada de povos indígenas e populações tradicionais ocupando anteriormente a região. Por essa característica, o Araguaia mato-grossense pode ser categorizado como região de fronteira: um lugar de alteridade e conflito entre populações existentes que tinham domínio da *terra de trabalho* e migrantes que passam a tomar posse e adquirir na forma de propriedades a *terra de negócio*.

À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.²

¹ MORENO, Gislaine. *Os (des) Caminhos da Apropriação Capitalista em Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – USP, São Paulo, 1993, p.277.

² MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2ª Edição, São Paulo: Contexto, 2009. p.133.

Encontros e desencontros que geraram conflitos entre diferentes agentes sócio-históricos como indígenas, posseiros, peões, grileiros, empresários, fazendeiros, comerciantes, militantes e outros, e que são protagonistas da luta pela terra.

Dentro dessa perspectiva analítica, a região do Araguaia teve diferentes frentes de luta pela terra, sendo a disputa por Marãiwatsédé somente um dos casos que ocorreram na região, mas que ganhou repercussão midiática maior na década de 2010.

A luta pela terra Marãiwatsédé envolveu indígenas Xavante³ e *posseiros da Suiá*,⁴ e seus respectivos aliados, e que teve como local de resistência o Distrito do Posto da Mata, cuja localização pode ser identificada na imagem abaixo:

Imagem 1 - Mapa da localização da TI Marãiwatsédé e Distrito Posto da Mata



Fonte: AXA (2014).

Nessa imagem é possível identificar o epicentro espacial onde ocorreu o conflito, que tem como início a compra de parte de um território, (no qual viviam grupos da etnia Xavante), de mais de 695 mil hectares pela empresa agropecuária Suiá Missú em meados da década de 1960. A consolidação do empreendimento agropecuário resultou na deportação dos Xavante de Marãiwatsédé em 1966, com o aval do Estado.

Entre a década de 1960 até a década de 1990, a agropecuária Suiá Missú teve incentivos fiscais e financiamentos de projetos através da Superintendência de desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e após a década de 1980 e o término desses incentivos por parte do

³ O etnônimo “Xavante” deve ser escrito com inicial maiúscula por se tratar de um substantivo gentilício derivado de uma coletividade única, um povo. Não pode ser colocado no plural, por convenção, para não cair em hibridismos: atribuir “s” em palavras que na língua nativa já estão no plural, ou ainda usar o plural em casos que os nativos não utilizam variação singular/plural; como demonstrado por Evans-Pritchard no clássico da antropologia britânica *“Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande”* (1937).

⁴ A denominação *posseiros da Suiá* será utilizada por se tratar de uma auto referência, mesmo advertindo que enquanto categoria social, e são diferenciados socialmente por fatores como origem, profissão, tempo de moradia, relação com a terra, dentre outras diferenças.

Governo Federal, os acionistas passaram a fragmentar os mais de 695 mil hectares de terra e vender, de tal modo que na década de 1990 a área remanescente era de 192 mil hectares.

O ano de 1992 se configurou como o epicentro de uma série de acontecimentos que modificaram o processo histórico: primeiro com a devolução da área remanescente por parte da empresa estatal italiana ENI Agip Petroli aos Xavante durante a ECO 92. No mesmo ano, políticos locais organizam e incentivam uma invasão da área remanescente da Suiá Missú atraindo tanto posseiros interessados na terra para morar e plantar, como de grileiros e comerciantes de terras. A Agip do Brasil, filial brasileira da empresa, discordava da devolução e criou estratégias para vender a área remanescente, e passou a matrícula da área para comerciantes de terra que, em tese, deveriam fazer a regularização fundiária através da venda de escrituras das terras ocupadas para os posseiros que haviam invadido a área em 1992 ou comprado o direito de posse nos anos consecutivos. O processo de venda de escrituras das áreas permaneceu ocorrendo ao longo de vinte anos.

Paralelamente à ação da filial brasileira, foi a partir da promessa de devolução feita pela Agip Petroli, que um laudo antropológico foi produzido como instrumento jurídico que delimitou a área que seria devolvida aos Xavante. Este documento tornou-se igualmente um instrumento de luta, haja vista que foi produzido a partir da *versão da história* dos indígenas, que por seu turno se utilizam da memória do lugar como arma na luta pela terra de Marãiwatsédé.

Ao longo dos vinte anos posteriores, os *posseiros da Suiá* adotaram como local de resistência o Distrito do Posto da Mata, se organizaram politicamente por meio de uma associação denominada APROSSUM e adentraram na luta através de batalhas jurídicas, batalha de peritos e a batalha midiática.

O processo de desintrusão dos não índios em 2012 foi construído histórica e socialmente como um “acontecimento-monstro” que abalou toda a região do Araguaia mato-grossense, uma vez que gerou revolta nos moradores que consideraram injusta a decisão judiciária. Essa construção social do acontecimento se deu através da ampla cobertura jornalística realizada pelos meios de comunicação locais de modo a intensificar o conflito e o drama vivenciado pelos posseiros que foram expulsos da área.

Diante desses elementos empíricos constitutivos da luta pela terra Marãiwatsédé, será realizada uma análise do ano de 1992 como epicentro do conflito, e da construção social e midiática da desintrusão - o acontecimento-monstro, para traçar algumas reflexões sobre a importância de acontecimentos em processos históricos.

O ano de 1992: o ano dos acontecimentos que abalaram o processo

No ano de 1992 diversos acontecimentos mudaram os rumos do processo histórico. O primeiro e principal acontecimento é a sinalização de devolução da área remanescente da Suiá Missú para os Xavante, originários daquelas paragens. Em seguida o *Relatório de identificação da área indígena “Marãiwatsédé”* foi elaborado por uma equipe da FUNAI, legitimando juridicamente os limites da área para ser consolidada administrativamente pela União como Terra Indígena (TI). Esse laudo utilizou como principal instrumento de coleta de informações o uso da memória e oralidade dos Xavante para legitimar seu retorno à Marãiwatsédé.

Outro acontecimento fundamental para esse processo histórico foi a invasão por parte de posseiros e grileiros da área remanescente, de modo planejado e fomentado por um grupo de políticos locais. Esse acontecimento configurou-se como epicentro do conflito agrário e interétnico que resultará no processo jurídico e nos futuros confrontos entre indígenas, posseiros e grileiros e na posterior desintrusão dos não índios da área no ano de 2012.

Logo um complexo cenário de múltiplos acontecimentos ocorreu naquele ano de 1992, como as denúncias realizadas pela CNS (Campagna Nord/Sud),⁵ o envolvimento do Governo Italiano, a pressão internacional, a luta dos Xavante de Marãiwatsédé, os movimentos sociais e políticos. Houve também o pronunciamento do presidente da empresa italiana durante a ECO 92, que prometeu a devolução da área aos índios, a elaboração do relatório antropológico. Por fim, ocorreu a invasão planejada na reunião no Posto da Mata por posseiros e grileiros entrelaçaram-se numa rede que desencadeou mudanças evidentes de tendências e perspectivas vivenciadas pelos agentes sócio-históricos envolvidos:

O ano de 1992 marca não somente o início da invasão de Marãiwatsédé, mas também a luta de ambas as partes nos tribunais. Tanto a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em nome dos índios, quanto os invasores, representados por seus advogados, entraram na Justiça para tentar resolver o impasse: a primeira, solicitando a desintrusão da terra indígena. Os segundos com o intuito de anular o trâmite demarcatório legítimo da TI. Os dois processos correram em paralelo e, em todas as instâncias, a Justiça brasileira reconheceu o direito dos Xavante à posse de seu território.⁶

⁵ A Campagna Nord/Sud foi um movimento europeu que propunha a cooperação e solidariedade entre os países do Norte e os do Sul com o lema “Paz, Direitos Humanos, Direitos dos Povos”, que ocorreu a partir da década de 1970 e teve como auge a conferência de parlamentares e representantes de organizações não governamentais (ONG) que se realizou em Madrid em junho de 1988. O resultado desse encontro foi a “La campagna Nord/Sud Le proposte dell'appello di Madrid”, que pode ser consultada no centro de documentação dos direitos humanos da Università degli Studi di Padova.

Disponível em: <<http://unipd-centrodirittiumani.it/it/pubblicazioni/La-campagna-NordSud-Le-proposte-dellappello-di-Madrid/494>>. Acesso: 15/05/2014.

⁶ OPAN, ANSA. *Marãiwatsédé: Terra da Esperança*. 2012.

Disponível em: <<http://amazonianativa.org.br/Biblioteca.html>>. Acesso em: 05/11/2013, p. 8.

Batalhas jurídicas se instauram e os protagonistas assumem mais explicitamente seus postos na luta, e os posseiros, grileiros, políticos locais, militantes, os Xavante originários de Marãiwatsédé e os meios de comunicação perceberam que ocorriam mudanças significativas. A esperança e confiança da devolução do território para os Xavante se inflamou através das promessas e do laudo antropológico, paralelamente à esperança e confiança de posseiros e grileiros de se apropriar de uma nova área para morar ou comercializar a terra, apoiados por políticos locais e do Estado do Mato Grosso. Uns sonhavam com o retorno e outros com a conquista da terra.

Algumas reflexões sobre o impacto dos acontecimentos nos processos sociais

Uma das principais evidências oriundas dos acontecimentos do ano de 1992 diz respeito aos impactos inquestionáveis sobre o processo histórico. A partir da invasão da área remanescente pelos posseiros, uma nova dinâmica foi estabelecida com a entrada na arena de um novo protagonista disputando a terra Marãiwatsédé e a instauração de batalhas jurídicas que não cessaram nem mesmo com a desinvasão de 2012.

Essa situação pode ser problematizada através de uma breve revisão bibliográfica sobre a relação entre acontecimento e processo e/ou estrutura, que foi intensamente debatida por Braudel, Duby e Sahlins.

Os volteios metafóricos de Braudel são bem conhecidos. Os eventos são meras perturbações superficiais, espumas nas grandes ondas da história. Reluzem como pirilampos, cujo brilho tênue continua a deixar na escuridão o mundo a seu redor, ou como chamas que mal podem ser percebidas, mas cuja “fumaça enganadora” enche a mente dos espectadores.⁷

Respondendo às metáforas de Braudel sobre a pouca importância dos acontecimentos no processo histórico, Duby (1993) afirma: “os acontecimentos são como espumas da história, bolhas que, grandes ou pequenas, irrompem na superfície e, ao estourar, provocam ondas que se propagam a maior ou menor distância”.⁸

Esta constatação do autor parece descrever as características do acontecimento da invasão por posseiros e grileiros da terra Marãiwatsédé em 1992. Isso porque a invasão de terras é resultante de um processo mais amplo, por ser uma prática e uma estratégia da luta pela terra no Brasil, mas se configurou como acontecimento peculiar em uma região e temporalidade. Seus efeitos vão para além de ondas e espumas, formando um tsunami (ano de 1992) que

⁷ SAHLINS, Marshall. O Retorno do Evento, outra vez: com reflexões sobre os primórdios da Grande Guerra fijiiana de 1843-1855 entre os reinos de Bau e Rewa. (cap. 11). In: SAHLINS, Marshall. *Cultura na Prática*. Tradução Vera Ribeiro. 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. (Coleção Etnologia). p. 318.

⁸ DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214*. Tradução Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 14.

ganhou volume e intensidade (ano de 2012) e devastou o lugar onde surgiu o abalo sísmico originário: o Posto da Mata.

No entanto essa percepção da importância dos acontecimentos nos processos históricos não foi uma norma dentro da historiografia. Historicamente ocorreu um desuso da análise de eventos/acometimentos entre parte dos historiadores do século XX, sobretudo das gerações de historiados ligados aos *Annales* preocupados com conceituações e críticas contra a história factual. Um fenômeno que ocorreu de tal modo que evento e estrutura passam a ser praticamente irreconciliáveis.⁹

Sahlins (2007)¹⁰ fez uma crítica a essa perspectiva:

nas versões antropológicas, os eventos contingentes eram as marés crescentes da história, que deixavam os destroços desmontados dos esquemas culturais antes coerentes flutuando na esteira do tempo [...]. O mais importante é que, para uma certa antropologia, assim como para uma certa história, parecia que o “evento” e a “estrutura” não podiam ocupar o mesmo espaço epistemológico. O evento era concebido como antiestrutural e a estrutura, como anuladora do evento.

A utilização do termo “uma certa antropologia” e “uma certa história” demonstra o cuidado do autor em não generalizar áreas de conhecimento que possuem uma historicidade, conflitos teóricos e metodológicos entre seus autores. Mas aponta que a historiografia de Braudel e a antropologia estrutural de Lévi-Strauss (apesar das correções e ponderações que variaram na ampla obra e trajetória de ambos os autores) foram as maiores responsáveis pela desconsideração dos acontecimentos/eventos em análises estruturalistas que colocavam em oposição, e por vezes, em antagonismo a estrutura e o evento.

Sahlins (2007) propõe executar um projeto de síntese entre estrutura e evento, retomando a crítica à Fernand Braudel em seu livro clássico “O Mediterrâneo” de estabelecer uma conexão entre níveis estruturais (a longa duração, de perfil estrutural e os fenômenos conjunturais) que dificultam o historiador de problematizar fenômenos duradouros com eventos de mudanças rápidas e impactantes se os mesmos são dissociados, e mesmo excludentes.¹¹

⁹ A antinomia entre evento e estrutura remonta o ano de 1903, com o artigo do sociólogo François Simiand “Método histórico e Ciências Sociais” que influenciou os historiadores da primeira geração dos *Annales* através de sua crítica às biografias e à história factual.

¹⁰ SAHLINS, O Retorno do Evento, outra vez: com reflexões sobre os primórdios da Grande Guerra fijiana de 1843-1855 entre os reinos de Bau e Rewa. (cap. 11). In: SAHLINS, Marshall. *Cultura na Prática*. Tradução Vera Ribeiro. 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. (Coleção Etnologia), p. 319. No mesmo capítulo, o autor aponta reflexões sobre “[...] a natureza dos eventos históricos e suas relações com as ordens culturais através da história do início da história moderna das ilhas Fiji” (p. 316), justificando pelo elemento exótico da região geográfica e os aspectos estruturais que podem ser revelados pela análise do evento.

¹¹ Sahlins ironiza: “Na verdade, a tabela de oposições que poderia ser construída a partir dos textos dos *Annales* seria quase digna dos dualismos cosmológicos de alguns povos da Amazônia” (p. 320).

A estrutura está para o evento assim como o social está para o individual, o essencial para o acidental, o recorrente para o idiossincrático, o invisível para o visível, o regido por lei para o aleatório, o cotidiano para o extraordinário, o silencioso para o audível, o anônimo para o autoral, o normal para o traumático, o comparável para o singular e assim por diante.¹²

O autor afirma ainda que: “Essa antítese não poderia perdurar; ela vem dando lugar à síntese”;¹³ isso porque historicamente os “eventos” de 1968 na França reforçaram o debate sobre a importância dos acontecimentos. Sahlins retoma uma revisão bibliográfica citando os artigos “O retorno do acontecimento” (1974), do historiador Pierre Nora, e outro de mesmo nome “Le Retour de l’événement” (1979) do sociólogo Edgar Morin,¹⁴ que retomaram o acontecimento convergido dentro de um sistema, partindo da questão “Sistema e o evento devem ser considerados em conjunto?”.

Sahlins (2007) concebe as dimensões do evento dentro de um processo, como uma “estrutura de conjuntura” para se referir ao modo com que “categorias culturais se atualizam num contexto específico por meio da ação interessada dos agentes históricos e da pragmática de sua interação”.¹⁵

O evento desdobra-se como uma conjugação de diferentes planos estruturais, respectivamente marcados por fenômenos de ordem diversa. Ele acarreta um diálogo entre as relações e forças maiores que constituem o objeto histórico [...] e as interações locais através das quais essa história segue seu curso. A síntese requer processos complementares de mediações: a transposição de forças globais para os termos da ação local, e, inversamente, a expansão das ações locais para um plano de significância global.¹⁶

Ocorre uma “dialética do evento” em três momentos: 1) a *concretização* “na qual as categorias culturais mais amplas da história são representadas pelas pessoas, objetos e atos particulares”; 2) “o *desencadeamento das forças e relações encarnadas, os incidentes propriamente ditos, que consistem no que efetivamente fazem e sofrem as pessoas assim habilitadas como principais agentes históricos*”; e 3) a *totalização* das consequências do acontecido, ou o retorno do ato/fato sobre a estrutura/sistema “*pela atribuição de significados gerais a incidentes particulares*”.¹⁷ Os três movimentos da dialética do evento também são

¹² SAHLINS, Ibidem, p. 320.

¹³ O autor pondera que a antítese estrutura e evento não é praticada por todos os historiadores, mas aponta que: “Essa antítese tem-se prolongado em demasia. É provável que já seja vestigial na prática dos eruditos, embora, no discurso abstrato, ainda pareça ser voz corrente. E ainda existe um problema com a prática” (p.317-18).

¹⁴ In: Edgar Morin. Le Retour de l’événement. *Communications*, n. 18, 1979, p. 6-20.

¹⁵ SAHLINS, O Retorno do Evento, outra vez: com reflexões sobre os primórdios da Grande Guerra fijiiana de 1843-1855 entre os reinos de Bau e Rewa. (cap. 11). In: SAHLINS, Marshall. *Cultura na Prática*. Tradução Vera Ribeiro. 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. (Coleção Etnologia), p. 366.

¹⁶ Idem, Ibidem, p. 366.

¹⁷ Idem, Ibidem.

marcados por descontinuidades estruturais que afastam a possibilidade de um desdobramento mecânico entre o evento e a ordem cultural.

Sahlins (2007) se aproxima de uma “psico-história” e radicaliza ao afirmar que “a cultura é decidida pela cultura” e que “As estruturas interagem no meio formado pelos projetos das pessoas”¹⁸. Essa percepção parece ser exagerada no poder da ação individual, mas se justifica pelo caso analisado de ações de chefes que resultam em guerras que envolvem a totalidade. O autor aponta de maneira inquestionável a importância do local: “as estruturas locais podem coibir, intensificar, orientar e direcionar de outras maneiras o desenvolvimento de forças históricas maiores”.¹⁹

Essas contribuições de Sahlins sobre o debate sobre a importância do acontecimento se alinham com a perspectiva do historiador medievalista George Duby, que faz uma defesa do acontecimento como forma de evidenciar fatos e razões que poderiam ficar obscuros ou desconsiderados numa análise estrutural:

Pelo próprio fato de ser excepcional, o acontecimento faz emergir, no afluxo de palavras que ele libera, vestígios que, se não nos detivéssemos nele, permaneceriam nas trevas, despercebidos, os traços mais banais de que raramente se fala no cotidiano da vida e sobre os quais nunca se escreve.²⁰

Outro argumento trazido por Duby diz respeito à sua importância dentro de análises históricas, por ser um epicentro de fenômenos e acontecimentos sócio-históricos que se entrecruzam neste acontecimento:

o acontecimento sensacional assume um inestimável valor. Pelo que, bruscamente, ele esclarece. Por seus efeitos de ressonância, por tudo aquilo cuja explosão provoca a ascensão desde as profundezas do não-dito, pelo que ele revela ao historiador das latências.²¹

O que revela um evento/acontecimento como notável é seu aspecto peculiar por estar prenhe de conteúdos e práticas que ocorreram somente naquele tempo e espaço. “A significação histórica de um dado incidente – suas determinações e efeitos como “evento” – depende do contexto cultural”.²²

¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 368.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p.368.

²⁰ DUBY, *Ibidem*, p. 11.

²¹ Idem, *Ibidem*, p. 9.

²² SAHLINS, O Retorno do Evento, outra vez: com reflexões sobre os primórdios da Grande Guerra fijiana de 1843-1855 entre os reinos de Bau e Rewa. (cap. 11). In: SAHLINS, Marshall. *Cultura na Prática*. Tradução Vera Ribeiro. 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. (Coleção Etnologia), p. 325.

Portanto, para adotar as concepções de Sahlins (2007) e Duby (1993) sobre a importância dos acontecimentos para a análise dos processos sócio-históricos é preciso buscar os aspectos peculiares do mesmo. Logo, abre espaço para análises historiográficas de acontecimentos pontuais, mas que têm influência em diferentes espaços e em diferentes tempos, pois deixam rastros e são constantemente resignificados. Essa característica dos acontecimentos será melhor elucidada através da análise de um acontecimento que marcou profundamente a luta pela terra de Marãiwatsédé: a desintrusão dos não índios da área em 2012.

A construção histórica e social de um “acontecimento-monstro”: o caso da desintrusão dos não índios em 2012.

Conforme dito anteriormente, o principal foco de resistência dos *posseiros da* foi o distrito do Posto da Mata, que tinha um número significativo de moradores que acabaram sendo expulsos de suas casas e posses no ano de 2012, mas que viviam apreensivos com as ameaças de desintrusão desde 1998 quando a TI foi homologada.

Mas a desintrusão somente se configurou como uma ameaça real no ano de 2012, quando a batalha jurídica foi perdida. A partir daí ocorreu a intensificação da batalha midiática, e os moradores do Posto da Mata passaram a se tornar alvo de assédio por parte de mídia local e de discursos de políticos, que apesar de todas as evidências contrárias, incentivavam os moradores a permanecer utilizando promessas de que conseguiriam reverter a situação.

A desintrusão dos *posseiros da Suiá* se consolidou como um *acontecimento-monstro* mesmo antes de ocorrer, e foi construído em larga medida através de uma batalha midiática que se deu por meio de uma série de reportagens e vídeos amplamente divulgados na região por meio de canais de televisão e pela *internet*, de modo que atingiu parte significativa de habitantes do Araguaia mato-grossense. Os canais de televisão e jornalistas locais elaboravam roteiros e narrativas que ficavam longe da imparcialidade e, na maioria dos casos, apelavam emocionalmente em prol dos *posseiros da Suiá* e até elaboravam, em seus editoriais, discursos permeados de argumentos que ressaltavam os impactos econômicos para a região como um todo.

A desintrusão dos *Posseiros da Suiá* “[...] se tornou um caso emblemático das crescentes tensões no Brasil entre índios e fazendeiros, que têm explorado novas áreas na esperança de lucrar com a crescente produção de milho, soja e outras *commodities* nos últimos anos”.²³ Ou seja, o caso foi significativo e emblemático, sobretudo para a região.

²³ GONÇAVES, Carlos Walter Porto. Retireiros do Araguaia: Terra para vida, Terra para a Paz. 2013b. Disponível em: <<http://direitoshumanosmt.blogspot.com.br/2013/09/retireiros-do-araguaia-terra-para-vida.html>>. Acesso em: 02/09/2015, s/p.

Mas para que tal acontecimento tivesse alcançado tamanha dimensão, foi preciso que fosse histórica e socialmente construído. Para compreender como ocorre esse processo, é necessário buscar referências teóricas que permitam compreender a dinâmica e os elementos principais dessa construção de um acontecimento.

Dosse (2013) afirma que ocorreu um “renascimento do acontecimento” graças à importância dos significados de sua construção.

A recente atenção voltada para o vestígio deixado pelo acontecimento e suas mutações sucessivas é absolutamente fundamental e evita o falso dilema depauperado e reduzido de ter de escolher entre um acontecer [*événementialité*] supostamente curto e uma longa duração chamado de estrutural. Dentro dessa perspectiva, o acontecimento não é simples dado que basta coletar e comprovar sua realidade, é uma construção que remete ao conjunto do universo social como matriz da constituição simbólica do sentido.²⁴

Ou seja: dentro do processo histórico, a construção de um acontecimento ocorre dentro de um sistema de sentidos através do qual: “tenta-se conferir uma determinada importância em função de um sistema de valores”.²⁵

Tendo essa característica de ser construído dentro de sistemas de sentido e valores, fica evidenciada a existência de uma batalha para elevar um fato para o *status* de um acontecimento que é “histórico”. “O que conta não é tanto o acontecimento como tal na sua factualidade, mas o acontecimento contado, captado na sua narrativa”,²⁶ ele precisa ter ressonância para conseguir atingir a seus contemporâneos e precisa ser sustentado pelo poder para ser lembrado no futuro.

Fazer acontecimento pressupõe dois fenômenos muito diferentes. Em primeiro lugar, sobretudo na sociedade moderna midiaticizada, isso implica um choque, um trauma, um abalo que suscita primeiramente um estado de afasia. Esse primeiro aspecto, o mais espetacular acontecimento, presume uma grande difusão que assegure e assumo sua repercussão. [...] [Outro aspecto] essencial do acontecimento está, na realidade, no vestígio, naquilo que ele se torna, de maneira não linear no interior dos múltiplos ecos de seu só-depois [*après-coup*].²⁷

“Sua significação é absorvida na sua ressonância; ele não é senão um eco, um espelho da sociedade, uma abertura”²⁸ e para que tal ressonância tenha sucesso é necessário que sua narrativa tenha força e encontre “eco” dentro de um sistema de referência formada por crenças,

²⁴ DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento. Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 388.

²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 238.

²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 336.

²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 339.

²⁸ NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques (Comp) *História: novos problemas*. Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora. Rio de Janeiro: F. Alves, 2ª Edição, 1979, p. 188.

valores e concepções particulares. Esse sistema gera expectativas ali ancoradas com base na singularidade e especificidade do contexto, um enredamento específico da forma da narrativa sobre o acontecimento e aqueles que o transmitem.

Dosse (2013) evidencia que dentro dessa lógica existem “acontecimentos monstros”, que atingem o cerne de uma comunidade:

O acontecimento-monstro, o acontecimento-mundo que atinge o cerne da Comunidade ou ainda o microacontecimento que perturba a vida cotidiana do indivíduo se afirmam cada vez mais como enigmas irresolutos de Esfinge que interrogam as capacidades de racionalidade e conseguem demonstrar não a sua inanidade, porém sua incapacidade de saturar o sentido do que intervêm como novo, porque fundamentalmente o enigma carregado pelo acontecimento sobrevive ao seu desaparecimento.²⁹

Logo, independente de sua dimensão, os acontecimentos deixam vestígios que podem conduzir a análise numa busca através de um “esforço de apropriação é, na realidade, necessário para identificar melhor o acontecimento, descrevê-lo, reconhecê-lo, encontrar as prováveis determinações”.³⁰ E ainda:

Esfinge, o acontecimento é igualmente Fênix que na realidade nunca desaparece. Deixando os múltiplos vestígios, ele volta constantemente, com sua presença espectral. Para brincar com os acontecimentos subsequentes provocando configurações sempre inéditas. Nesse sentido, poucos são os acontecimentos sobre os quais podemos afirmar que terminaram porque estão ainda suscetíveis de novas atuações³¹.

Portanto, os vestígios de um acontecimento não desaparecem por completo, e podem retornar, conforme ocorrido com a deportação dos Xavante em 1966 que retorna e se consolida como acontecimento sócio-histórico através de provas obtidas por fotografias, documentos oficiais sobre o transporte e fontes orais no Laudo Antropológico em 1992.

No entanto, uma forma importante para o retorno dos significados e/ou a ressignificação dos acontecimentos é a transmissão via meios de comunicação que produzem, transmitem e são geradoras de arquivos audiovisuais sobre acontecimentos: “Nas sociedades contemporâneas é

²⁹ DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento. Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 7.

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 265. Apesar da perspectiva do esforço por buscar tais vestígios e analisar o acontecimento, o autor pondera que é tarefa particularmente improvável uma análise total de um acontecimento, em virtude de sua própria natureza: “Cabe ao nosso tempo afirmar a força intempestiva do acontecimento na qualidade de manifestação da novidade, apreendido como começo. Isso significa aceitar a incapacidade, a aposta impossível de se confiar através de qualquer investigação, por mais minuciosa que ela seja, o sentido do acontecimento que continua irredutível ao seu confinamento no sentido conclusivo e unilateral” (DOSSE, 2013, p. 13).

³¹ Idem, *Ibidem*, p. 7.

por intermédio deles [mass media] e somente por eles que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar”.³²

Portanto, além de outras condicionantes, o acontecimento “não é nada sem seus suportes de comunicação, exemplificando a ideia segundo a qual ser é ser percebido”³³ e para se tornar acontecimento (além das narrativas, memórias) é necessário que seja transmitido:

Longe de ser uma relação de exterioridade, as *mass media* participam plenamente da própria natureza dos acontecimentos que elas transmitem. Cada vez mais, é através delas que o acontecimento existe. Para ser, o acontecimento precisa se conhecer, e as mídias são de maneira crescente os vetores dessa tomada de decisão.³⁴

A construção histórica e social do acontecimento através de meios de comunicação depende do poder e das relações políticas, uma vez que: “um acontecimento não é um já-lá, simplesmente para ser adotado pela mídia. Ele é plenamente a construção dessa última e depende da hierarquização de importância que decidirá levá-lo ou não à praça pública”.³⁵

Bourdieu (2012) observou que “as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulados pelos agentes”.³⁶ Logo, um acontecimento envolvendo conflito, como no caso da luta pela terra de Marãiwatsédé, também é construído a partir de disputas por poder simbólico nos meios de comunicação, em que os agentes sócio-históricos envolvidos tanto no caso, como com o meio de comunicação agem objetivando impor a “definição do mundo social conforme seus interesses”, conforme Bourdieu (2012). Dentro dessa lógica, “o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer [...] só se exerce se for reconhecido”.³⁷ Deste modo, o poder simbólico é uma forma transformada e legitimada de outras formas de poder. Logo, os proprietários dos meios de comunicação detêm um poder relativo de condicionar o que é acontecimento e o que não é, dentro de um sistema de referência (crenças, valores etc. da sociedade) tal qual o próprio acontecimento.

Nora (2006)³⁸ afirmou que “o acontecimento midiático não é mais garantia do real, pois é a midiática que o constituiu”.

³² NORA, Pierre, O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques (Comp) *História: novos problemas*. Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora. Rio de Janeiro: F. Alves, 2ª Edição, 1979, p.181.

³³ DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento. Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 337.

³⁴ Idem, *Ibidem*, p. 260.

³⁵ DOSSE, *Ibidem*, p. 338.

³⁶ BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. 16ª edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2012, p. 11.

³⁷ Idem, *Ibidem*, p.14. Apesar dessa importante característica, a eficácia das ações de divulgação junto à opinião pública não é objeto de análise, que se restringe às ações dos envolvidos na batalha midiática ao longo do processo.

³⁸ In: Aula inaugural do ano letivo 2006-2007, em 13 de outubro de 2006. (DOSSE, 2013, p. 263).

Noticiário policial, fato singular, fato ordinário, o acontecimento tornou-se igualmente o lugar de investimento do imaginário de nossa sociedade moderna, apropriado à narrativa.³⁹

Assim o acontecimento entra em um campo semântico aberto, incerto, e as mídias vão lhe atribuir um significado, ligando-o a uma categoria semântica particular que seja capaz de lhe dar um sentido.⁴⁰

Bonsanto Dias (2011) afirma que “[...] no jornalismo esta noção [acontecimento] está intrínseca à construção de acontecimento enquanto material noticioso que “constrói” a realidade”⁴¹ e ainda:

Ao relatar o acontecimento, a mídia estaria produzindo não apenas uma descrição do acontecimento, mas emergindo um novo acontecimento que vem a integrar o mundo a partir de seu discurso. A notícia emerge à cena pública naquilo que ela pretende fazer-se vista, reconhecida, lembrada⁴².

O poder obtido ao narrar, discursar e mesmo construir um acontecimento é próprio dos meios de comunicação para construção de um acontecimento e de que [...] é impossível separar artificialmente o que é um acontecimento de seus suportes de produção e de difusão”⁴³, a análise recai sobre a batalha midiática focando na construção da desintração dos *posseiros da Suiá* como o acontecimento-monstro através dos meios de comunicação de massa, tendo como base um sistema de referência social e histórica.

Os meses, semanas e dias que antecederam o “dia D” foram permeados de reportagens e vídeos divulgados sobre a possibilidade da desintração. Essa situação remete a outro caso de acontecimento mostro transmitido ao vivo:

Assim como o atentado de 11 de setembro de 2011, a televisão transmite os acontecimentos ao vivo ou com ampla cobertura. [...] a televisão não é responsável por esse resultado narrativo, que era sobre determinado. Porém, desempenhou um importante papel, pois ela garantiu a transmissão ao mesmo tempo do conhecimento visual e da narrativa heroica⁴⁴.

Essa consideração em relação a outro exemplo de cobertura jornalística permite analisar como esses meios de comunicação são capazes de construir e consolidar narrativas, a partir de

³⁹ DOSSE, *Ibidem*, p. 262.

⁴⁰ *Idem*, *Ibidem*, p. 268.

⁴¹ BONSANTO DIAS, André. *Pensar o acontecimento: Jornalismo, temporalidade e narrativa em uma perspectiva histórica*. In: Verso e Reverso, XXV, 2011.

⁴² BONSANTO DIAS, *Ibidem*, p.174.

⁴³ DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento. Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 260.

⁴⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 261 *apud* GLUCK, 2003, p. 138.

um sistema de valores socialmente consolidado. Isso porque os meios de comunicação necessitam que sua narrativa seja inteligível aos receptores e que de certa forma, homogeneíze as múltiplas percepções sobre o acontecimento narrado.

Essa dependência em relação à situação de percepção do agente exige a existência de realidades múltiplas e discordantes entre elas, segundo diversos depoimentos. O problema é de saber por qual meio perceber um acontecimento quando sabemos que ele foi único e que, portanto, é percebido de maneira tão diferente entre seus agentes que parecem ser acontecimentos distintos, sem correlação⁴⁵.

Cabe ao historiador trazer as múltiplas percepções e confecções que envolvem um acontecimento e que não são exploradas pelos meios de comunicação. Mas para realizar essa análise, primeiro é necessário compreender qual é a importância da cobertura midiática em relação ao acontecimento analisado. No presente caso, será preciso compreender como a mídia local agiu e interferiu sobre a desintração dos não índios em 2012.

A cobertura jornalística da mídia local e a desintração dos não índios em 2012

Os meios de comunicação locais dinamizaram as possibilidades de não apenas o acontecimento ser *transmitido*, mas de ser *divulgado*, sobretudo no ano e meses que sucederam a concretização da desintração. Os vestígios deixados por este acontecimento-monstro podem ser encontrados antes e depois de seu ápice em dezembro de 2012. As coberturas jornalísticas dos canais de televisão locais ocorreram de maneira constante nos meses anteriores à desintração, sendo que muitas reportagens foram gravadas e utilizadas como vídeos de divulgação pelos *posseiros da Suiá* e seus aliados com finalidade de sensibilizar a opinião pública sobre sua causa. A ação de equipes de reportagem local foi significativa, e acompanharam ao vivo a resistência dos *posseiros da Suiá* através de manifestações e sua organização nos meses anteriores à desintração, o que resultou numa construção de expectativa da opinião pública sobre o desfecho do conflito.

Para analisar esse fenômeno a partir de elementos empíricos, foram utilizadas como fontes as reportagens da TV Araguaia, filiada da Record na região que detém audiência significativa em toda a região. As reportagens apresentam uma narrativa marcada pela emoção. A utilização de um exemplo de família vitimizada pela situação se deu através da exibição de imagens de um casal com uma criança pequena reforça a intenção de sensibilizar ainda mais o

⁴⁵ Idem, Ibidem, p. 271.

telespectador, a partir de uma identificação a partir da apresentação de uma família à espera do momento que seria expulsa do lugar onde morava. Apenas um elemento não foi concretizado: a transmissão de um depoimento emocionado do pai ou da mãe, que preferiram não gravar entrevista, mas que foi substituído pelo uso da imagem da família e uma síntese com efeito didático: “um momento difícil”; portanto, a narrativa do acontecimento não perdeu sua sequência lógica de sensibilizar para depois informar sobre mais fatos.

A principal questão que relaciona diretamente a atuação das narrativas jornalísticas com a construção do acontecimento ocorreu com a resistência dos posseiros, que foi agigantada. A divulgação de fatos e relatos dos posseiros afirmando que iriam resistir acabou por aumentar o temor dos envolvidos com o processo de retirada dos mesmos, e a presença de homens do Exército, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal se intensificou no distrito do Posto da Mata. A partir de 16/11/2012 tropas da Força Nacional, Exército, PRF e PF montam base no Posto da Mata para realizarem a desintrusão.

A cobertura midiática local continuou construindo suas narrativas e o próprio acontecimento. Um exemplo ilustrativo foi a reportagem realizada no momento em que os *posseiros da Suiá* aguardavam a chegada dos militares meses antes da desintrusão:

Em vigília. É assim que os moradores da área Suiá Missú demarcada como Reserva Indígena Marãiwatsédé estão passando a noite. Eles revessam, noite após noite, na tentativa de chamar a atenção das autoridades para a desocupação tão temida pelos moradores. Enquanto alguns conversam, estes outros pedem auxílio aos céus em forma de oração. Famílias inteiras estão no local, uma criança de um ano dorme com o pai e com a mãe. Sem gravar entrevista, eles disseram à nossa reportagem que é um momento difícil. De repente um alerta: um ônibus cheio de militares chega na barreira formado na BR 242 (Reportagem TV Araguaia, 10/12/2012).⁴⁶

Apesar de estarem no distrito e na região cumprindo ordens e com um planejamento de não utilizar violência contra os *posseiros da Suiá*, a presença desses agentes foi intimidadora. Sobretudo de agentes do Exército e da Polícia Federal, nas proximidades da data da desintrusão causava medo e insegurança aos moradores do Posto da Mata que resistiram à decisão judicial de desocuparem a área. A presença desses homens gerou, por sua vez, maiores temores e manifestações de posseiro e de aliados, que ocorreram de diversas formas, acompanhadas ao vivo pela mídia local:

De volta aos Posto da Mata, onde há concentração do movimento, eles preparam mais um manifesto. Desta vez esticam tecidos pretos no posto, amarram o preto na cabeça de mulheres, homens e crianças, definindo tudo: estamos de luto pelas famílias da Suiá Missú. Neste protesto não há um político que represente as autoridades, não há uma explicação de como será feita a retirada das famílias, não há um plano de

⁴⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5y_d9r2rOMU>. Acesso em: 20/11/2013.

desintrusão para a área que deve ser esvaziada a partir dessa segunda feira, dia 10 (Reportagem TV Araguaia, 10/12/2012).⁴⁷

Manifestações e protestos foram registrados por meio de fotografias que passam a ser divulgadas por meio de redes sociais e páginas da internet, possibilitando que o acontecimento que se aproximava fosse amplamente conhecido. A divulgação do acontecimento foi se utilizando de exemplos de trajetórias de pequenos e médios posseiros sendo transmitidas e divulgadas, sobretudo nos meios de comunicação locais. O fato é que eram permeadas de elementos que provocavam sensibilização. Na mesma lógica, as manifestações utilizaram os mais vulneráveis como mulheres, idosos e crianças para potencializar a sensibilização da opinião pública.

Esse argumento sustenta as narrativas que foram noticiadas, mas na véspera da desintrusão o tom muda e adquire uma entonação de lástima pela derrota dos posseiros:

É triste, mas a realidade é essa. Nós fizemos tudo que a gente pode fazer através dos veículos de comunicação, abaixo assinado, falando do caso, tentando mexer com o emocional das nossas autoridades, porque nós não queríamos que chegasse nesse dia [véspera da desintrusão]. [...] Eu não tenho dúvida de que esse será o final de ano mais triste destas famílias. Não porque elas estão perdendo bens materiais, não só isso. É porque é uma derrota física, uma derrota psicológica, uma derrota de cidadania, é uma derrota de você não ter direito sobre aquilo que você acreditou que sempre foi seu. É perder a dignidade (Reportagem TV Araguaia, 07/12/2012).⁴⁸

A fonte oral da jornalista foi o fechamento do programa que a mesma apresentava na TV Araguaia, e demonstra claramente que aquele meio de comunicação, (personalizada nela enquanto âncora), tinha uma posição quanto ao processo de luta pela terra Marãiwatsédé e que havia realizado a divulgação do caso, bem como o apelo emocional para que as autoridades fossem influenciadas. O tom de apelo emocional permanece a sua narrativa ao falar de família, direito, cidadania e dignidade. A jornalista incorporou, portanto, a narrativa e mesmo o tom de revolta e injustiça que estava presente antes, durante e mesmo depois da desintrusão.

Conforme Bonsanto Dias,⁴⁹ o jornalista é um “agente ativo na construção do acontecimento. As notícias não refletem o mundo exterior sob a ótica de um profissional meramente observador que se anula e apenas reproduz o acontecimento na notícia”. Portanto, jornalistas como agentes sócio-históricos entram na batalha midiática emitindo opiniões e endossando argumentos que envolvem o acontecimento. Nas narrativas e editoriais é possível

⁴⁷ Disponível em: <https://www.Youtube.com/watch?v=5y_d9r2rOMU>. Acesso em: 20/11/2013.

⁴⁸ Programa da TV Araguaia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UtRn4T7VxHss>>. Acesso em: 04/01/2015.

⁴⁹ BONSANTO DIAS, *Pensar o acontecimento: Jornalismo, temporalidade e narrativa em uma perspectiva histórica*. In: Verso e Reverso, XXV, 2011, p.174.

verificar que os jornalistas locais, na maioria, incorporaram argumentos produzidos pelos *posseiros da Suiá* e seus aliados, e o principal era que o acontecimento era injusto.

A presença da equipe de reportagem foi narrada pela mesma jornalista numa cobertura para o Jornal Agência de Notícias, na qual o posicionamento foi claro:

Nessa quarta-feira a equipe de reportagem do Agência da Notícia foi de Confresa ao Posto da Mata acompanhar de perto o clima em que as mais de sete mil pessoas que vivem na área de conflito. Dos poucos mais de 100 quilômetros percorridos pela nossa reportagem, o cinegrafista Tiago Nalevaiko pode colher algumas imagens da área produtiva, e o que vimos foram centenas de cabeças de gado nos piquetes, separados para serem colocados nas estradas e levados para algum lugar sem destino certo, afinal são quase 300 mil cabeças de gado que estão na área. Além dos pastos, uma grande área praticamente pronta pra ser transformada em terra de agricultura, além dos 15 mil hectares de terra já plantados com a soja (Reportagem “Suiá Missú: O Vale dos Esquecidos está de volta”, 06/12/2012).⁵⁰

A tônica da injustiça social recaía tanto na apresentação de pequenos posseiros empobrecidos que não tinham condições de comprarem terra para morar e poder tirar dela seu sustento, como dos grandes “proprietários” que traziam o desenvolvimento econômico para a região. Construiu-se a percepção de que as batalhas anteriores não haviam resolvido o conflito e tudo seria resolvido com uma guerra no dia da desintrusão. As narrativas descrevem e apresentam com imagens a situação da véspera da desintrusão, aguardando junto com os moradores até que chegou o dia D:

A dois dias do prazo final para a desintrusão dentro do distrito de Estrela do Araguaia, as cenas mais comuns são essas: polícia nas ruas, oficial de justiça acompanhado de policiais visitando residências e comércios, caminhões carregados com mudança, casas e comércios sendo desmanchados e muita, mas muita revolta (Reportagem Rede TV, 10/12/2012).⁵¹

No dia 07/12/2012 foi iniciada a desintrusão, e no dia seguinte ocorreu nova manifestação com um cortejo de um caixão que simbolizava os “sonhos enterrados” dos *posseiros da Suiá*. O dia mais tenso e de conflito entre a Força Nacional e os posseiros foi o dia 10 e em outro dia parte da população das cidades de Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia interditaram trechos da BR 158 em apoio aos *posseiros da Suiá*. No dia 04/01/2013 a desintrusão havia ocorrido e 60% dos *posseiros da Suiá* haviam sido retirados. A narrativa da desintrusão foi sendo construída como se o acontecimento fosse uma guerra:

⁵⁰Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UtRn4T7VxHs>> Acesso em: 04/01/2015.

⁵¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5y_d9r2rOMU>. Acesso em: 20/11/2013.

O Posto da Mata, como é conhecido o Distrito Estrela do Araguaia, foi tomado pelas forças policiais neste domingo, 30 de dezembro. Os policiais entraram dentro da vila usando bombas de ar lacrimogêneo e balas de borracha na tentativa de intimidar a população. Eles estavam em muitas viaturas, helicópteros e alguns policiais encapuzados. Eles montaram uma base no posto de combustível que deu origem ao nome do distrito Posto da Mata. Logo no posto onde as pessoas estavam juntas em manifesto, os policiais quebraram o pula-pula que estava no posto e desmancharam totalmente os barracos que foram levantados próximo ao posto de combustível. As BRs 242 e 158 continuam liberadas, e o tráfego é normal. Mas dentro do Posto da Mata o sentimento é de angústia e de revolta. Moradores estão saindo em situação de desespero pois muitos dizem não ter para onde ir (Reportagem Rede TV).⁵²

A narrativa do “dia D” foi marcada por expressões que remetem ao sentimento dos moradores de angústia e revolta, mas que não deixaram de ser compartilhados pela jornalista. Após a desintrusão outras reportagens foram realizadas destacando a situação de abandono em que estavam das famílias que foram retiradas no processo de desintrusão, mantendo uma narrativa marcada pelo tom de revolta.

É fundamental destacar que a narrativa jornalística partiu de um conjunto de valores presentes nos moradores da região e telespectadores. Estes valores estão parte da legitimidade do domínio da terra daquele que adquiriu a terra ou nela produz. Apesar da invasão de 1992 por parte de posseiros e grileiros, ocorreu a venda do direito da terra, inclusive com escrituras registradas em cartório, que levou diversos agentes sócio-históricos a comprar a terra. Esse elemento, somado a outros como a sensibilização da opinião pública em relação ao fato de que famílias ficariam sem moradia e terra para se sustentar, permitiu a construção histórica desse acontecimento-monstro.

Considerações Finais

Após a desintrusão em 2012, a mídia local acompanhou intensamente por mais de um ano a situação dos posseiros que foram expulsos e ficaram sem ter onde morar e acabaram acampando as margens de rodovia 158. Depois a cobertura midiática recuou e os acontecimentos posteriores pararam de ser mostrados nos programas televisivos com a frequência que era mostrada anteriormente.

No decorrer desse processo histórico, e, sobretudo durante a explosão do acontecimento, os jornalistas locais se colocaram como agentes sócio-históricos participantes desse acontecimento-monstro. A atuação desses meios de comunicação e jornalistas como agentes sócio-históricos envolvidos na desintrusão dos *posseiros da Suiá*, contribuiu para a divulgação

⁵² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0ayS7t54FXw>>. Acesso em: 20/11/2013.

e uma maior ressonância desse acontecimento-monstro de modo que seus vestígios são sentidos para além do “dia D”.

A luta pela terra Marãiwatsédé não acabou com a desintrusão dos não índios e ainda de desdobra em batalhas jurídicas e em ações como queimadas criminosas e voos com o despejo de agrotóxicos sobre as terras dominadas pelos Xavante. Vestígios que, conforme reflexões de Dosse, possivelmente indicam que uma Fênix pode ressurgir das cinzas e escombros do Posto da Mata, significando-os e modificando os rumos da luta pela Marãiwatsédé.

Referências Bibliográficas

Livros

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2012.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento. Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214*. Tradução Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2. ed, São Paulo: Contexto, 2009.

MORENO, Gislaine. *Os (des)caminhos da Apropriação Capitalista em Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

Capítulos de livros

NORA, Pierre. *O retorno do fato*. In: LE GOFF, Jacques (Comp) *História: novos problemas*. Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora. Rio de Janeiro: F. Alves, 2. Ed., 1979, p. 179-193.

SAHLINS, Marshall. O Retorno do Evento, outra vez: com reflexões sobre os primórdios da Grande Guerra fijiana de 1843-1855 entre os reinos de Bau e Rewa. (cap. 11). In: SAHLINS, Marshall. *Cultura na Prática*. Tradução Vera Ribeiro. 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. (Coleção Etnologia).

Artigos em periódicos

BONSANTO DIAS, André. *Pensar o acontecimento: Jornalismo, temporalidade e narrativa em uma perspectiva histórica*. In: Verso e Reverso, XXV, 2011.

Fontes Documentais

CNA. [Manifesto] *La campagna Nord/Sud Le proposte dell'appello di Madrid*. In: Università degli Studi di Padova.

Disponível em: < <http://unipd-centrodirittiumani.it/it/publicazioni/La-campagna-NordSud-Le-proposte-dellappello-di-Madrid/494> >. Acesso: 15/05/2014.

GONÇAVES, Carlos Walter Porto. [Artigo] *Retireiros do Araguaia: Terra para vida, Terra para a Paz*. 2013b.

Disponível em: <<http://direitoshumanosmt.blogspot.com.br/2013/09/retireiros-do-araguaia-terra-para-vida.html>>. Acesso em: 02/09/2015, s/p.

OPAN, ANSA. [Livro] *Marãiwatsédé: Terra da Esperança*. 2012. p. 8.

Disponível em: < <http://amazonianativa.org.br/Biblioteca.html> >. Acesso em: 05/11/2013,

Reportagem TV Araguaia, 10/12/2012,

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5y_d9r2rOMU>. Acesso em: 20/11/2013.

Reportagem TV Araguaia, 07/12/2012. Programa da TV Araguaia.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UtRn4T7VxHss>>. Acesso em: 04/01/2015.

Reportagem Suiá Missú: O Vale dos Esquecidos está de volta, 06/12/2012.

Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=FMGPnZOGduY> > Acesso em: 04/01/2015.

Reportagem Rede TV, 28/12/2012.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0ayS7t54FXw>>. Acesso em: 20/11/2013.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. [Laudo]. *Relatório de identificação da área indígena "Marãiwatsédé"*. Brasília: FUNAI, Portaria n. 9 de 20/01/1992.

Indicação

AXA - Articulação Xingu Araguaia. [Imagem] Mapa do local do conflito. 12/02/2014.

Disponível em: <<http://www.axa.org.br/2014/02/posseiros-retirados-de-maraiwatsede-serao-assentados-em-santa-terezinha-alto-boa-vista/>>. Acesso em: 15/01/2015.